

HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

Estudo Técnico Preliminar 10/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. O Hospital Naval de Recife (HNRe) presta assistência médico-hospitalar aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM) na área abrangida pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, com aproximadamente 11 (onze) mil usuários. Para atender as necessidades dos pacientes internados e dos pacientes que fazem uso do setor de emergência, faz-se necessário o registro de empresa idônea para o fornecimento de materiais médico-hospitalares.

2.2. A importância da aquisição dos materiais médico-hospitalares na instituição hospitalar torna-se vital, em virtude de serem insumos estratégicos de suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções no tratamento, o que comprometeria o atendimento e a qualidade de vida dos pacientes e do sistema de saúde como um todo.

2.3. A definição das estimativas de consumo foi realizada através das demandas de consumo de anos anteriores desta organização militar de saúde; e para os itens recentemente incluídos na padronização, foi definida uma estimativa quanto à perspectiva de consumo. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, com base nos incisos I, II e V do Art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, transcrita a seguir:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Farmácia e Laboratório	Anna Clara de Medeiros Brilhante

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O prazo de entrega dos materiais médico-hospitalares será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço: Av. Cruz Cabugá, nº 1.200, Bairro Santo Amaro, Recife-PE, no horário das 08:00 às 16:00, Tel.: (81) 3036-9002.

4.2. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

4.3. Os materiais médico-hospitalares serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato/ARP, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da licitante vencedora do respectivo item(ns).

4.4. Os materiais médico-hospitalares poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da licitante vencedora, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 4.5. Os materiais médico-hospitalares serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, após a verificação da qualidade e da quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.6. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.8. A administração pública poderá adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade, como:
- I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 - V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 - VI - uso de inovações que reduzem a pressão sobre os recursos naturais;
 - VII - origem ambiental regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;
 - VIII - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;
 - IX - que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação com produtos sustentáveis ou de menor impacto em relação aos seus similares;
 - X - que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
 - XI - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.9. A administração pública poderá exigir a aquisição de produtos constituídos de materiais reciclado, atóxico ou biodegradável.
- 4.10. A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. Diversas empresas podem prestar os serviços, por se tratar de serviço comum, disponíveis no mercado.
- 5.2. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio do sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.
- 5.3. Para a contratação do fornecimento os órgãos públicos efetivam o fornecimento de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.
- 5.4. Na contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face do fornecimento de materiais médico-hospitalares serem considerados comuns.
- 5.5. A solução que atende os interesses e as necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento, por um período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução será a contratação de empresa para fornecimento para atender as necessidades dos pacientes internados e dos pacientes que fazem uso do setor de emergência.

6.2. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado neste estudo técnico preliminar, abrange o fornecimento de materiais médico-hospitalares para os pacientes atendidos pelo Hospital Naval de Recife que deverá contemplar:

6.2.1. Os bens objetos da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT) do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG);

6.2.2. Os bens deverão ter embalagem contendo externamente dados de identificação e procedência: data de fabricação, validade, registro em Órgão competente entre outros; e

6.2.3. A empresa vencedora deverá informar na proposta a quantidade em cada caixa.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição das estimativas de consumo foi realizada através das demandas de consumo de anos anteriores desta organização militar de saúde acrescido de 25%; e para os itens recentemente incluídos na padronização, foi definida uma estimativa quanto à perspectiva de consumo.

7.2. As quantidades previstas no presente Edital são estimativas máximas, para um período da assinatura da Ata, e esta Administração se reserva o direito de adquirir em cada item quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado;

7.3. Esta previsão foi estimada com base nos procedimentos realizados no ano anterior, cujo quantitativo do objeto atendeu perfeitamente à necessidade do Órgão concomitantemente com a estimativa média de consumo dos usuários do Serviço de Saúde da Marinha.

7.4. Optou-se por se fazer o referido certame através de Sistema de Registro de Preço, tendo em vista a imprevisibilidade do consumo em função do atendimento assistencial a pacientes com as mais diversas patologias, em conformidade com o artigo 3º do Decreto nº7.892/2013.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 694.959,99

8.1. A pesquisa de preços realizada neste estudo técnico preliminar utilizou os parâmetros definidos na IN nº 65/2021 - SLTI/MPOG, pesquisa realizada através de consulta ao sistema Painel de Preços, disponível no Portal de Compras do Governo Federal.

8.2. Na pesquisa realizada através de consulta ao sistema Painel de Preços, foram selecionados preços de licitações que possuem objetos semelhantes ao deste estudo e que foram realizadas no âmbito da Esfera Federal e/ou estadual. Selecionamos no mínimo 3 (três) preços de licitações distintas

8.3. A tabela com os itens e suas respectivas quantidades e preços estão no item 1.1 do Termo de Referência.

8.4. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 694.959,99 (seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Existe a possibilidade de parcelamento desta solução, pois o objeto engloba 85 itens independentes, de acordo com este estudo, por meio de contratação pelo sistema de registro de preços.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verifica contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada ao planejamento estratégico e operacional do hospital, integrando-se às metas de garantir assistência segura, contínua e de qualidade aos pacientes.

11.2. A aquisição de materiais médico-hospitalares consta no Plano Anual de Contratações (PAC) e no Plano de Aplicação de Recursos da instituição, atendendo às diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica e às normas de vigilância sanitária vigentes.

11.3. O planejamento da contratação foi elaborado pela Central de Abastecimento Farmacêutico, em conjunto com as áreas de Compras, Planejamento e Controle Orçamentário, tendo como base:

11.3.1. O levantamento histórico de consumo dos últimos exercícios;

11.3.2. As projeções de demanda para o período de vigência do contrato;

11.3.3. O dimensionamento orçamentário previsto no plano anual; e

11.3.4. Os indicadores de desempenho assistencial e de estoque, que demonstram a necessidade de reposição e abastecimento regular.

11.4. Essa contratação contribui diretamente para o cumprimento das seguintes metas institucionais:

11.4.1. Garantir a continuidade do tratamento dos pacientes internados e ambulatoriais;

11.4.2. Assegurar a disponibilidade mínima de materiais médico-hospitalares, evitando desabastecimento;

11.4.3. Promover a eficiência na gestão de recursos públicos, por meio de planejamento e controle de estoques; e

11.4.4 Atender aos princípios da legalidade, economicidade e efetividade previstos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

11.5. Dessa forma, a contratação proposta está plenamente compatível com o planejamento institucional, refletindo uma ação programada e necessária para a manutenção da assistência farmacêutica e o cumprimento das políticas públicas de saúde.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Quanto aos Benefícios Diretos, almeja-se alcançar os seguintes resultados:

12.1.1. Economicidade, uma vez que o processo licitatório é de ampla concorrência, garantindo adquirir uma contratação de boa qualidade com menor preço; e

12.1.2. Acessibilidade e otimização do tempo para o fornecimento pois as empresas são contratadas em conformidade com as legislações vigentes, evitando perda de tempo com aquisições posteriores, promovendo, assim, fornecimento eficaz em tempo hábil.

12.2. Quanto aos Benefícios Indiretos, almeja-se oferecer garantia e qualidade dos tratamentos prestados no Hospital Naval de Recife aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a referida contratação, não será necessária a adequação do ambiente físico do órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há previsão de impacto ambiental, uma vez que o Hospital Naval de Recife consta de Plano de Descarte de materiais médico-hospitalares, itens classificados como risco B, D e E pela RDC 306/2004, havendo contratação com empresa qualificada para o correto descarte de resíduos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Baseado no estudo exposto acima, declara esta equipe de planejamento da contratação que o processo licitatório pretendido é viável, uma vez que é indispensável para este Hospital Naval Prestar assistência médico-hospitalar aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha, na área abrangida pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, com uma população aproximadamente de 11 mil usuários.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANNA CLARA DE MEDEIROS BRILHANTE

Equipe de apoio

ANA PAULA DOS SANTOS

Equipe de apoio

ANA BEATRIZ DANTAS GOMES

Equipe de apoio

ARNALDO OLIVEIRA DE JESUS

Autoridade competente